

Brasileiros são presos nos EUA após invadir propriedade e agredir homem

Quatro imigrantes brasileiros foram presos e acusados de invasão de propriedade em Sunland Park, Novo México

Saulo de Castro
Foto Divulgação

Um dos brasileiros também foi acusado de agressão, segundo comunicado da Patrulha de Fronteira dos EUA.

Os agentes da Patrulha foram chamados para atender uma ocorrência na Sunland Park, na terça-feira (05), depois que o proprietário da empresa ligou pedindo socorro.

O empresário foi agredido depois que o grupo invadiu sua propriedade, segundo a Patrulha da Fronteira. Os agentes prenderam os quatro suspeitos e imediatamente solicitaram assistência da polícia de Sunland Park.

Após uma investigação preliminar, o departamento de polícia assumiu a custódia dos quatro suspeitos e os acusou invadir a propriedade. Um deles também foi acusado de agressão.

Os quatro suspeitos foram identificados como: Leandro Gonçalves Ferreira, 25; Ueslei da Silva Novaes, 24; Wdison de Lima Oliveira, 25; e Elson de Souza Antônio, 43. Todos entraram ilegalmente no país, segundo o comunicado da polícia.

A Patrulha de Fronteira emitiu pedido de custódia contra os quatro para prendê-lo e deportá-los depois que o estado do Novo México concluiu seus procedimentos judiciais.

Os investigadores não divulgaram mais informações sobre caso e

estão investigando a participação da suposta quadrilha em outras invasões de propriedades.

A polícia e agentes do U.S. Border Patrol foram chamados pelo dono de um estabelecimento comercial, que alegou que o grupo invadiu o local e o agrediu. Foram presos: Leandro Gonçalves Ferreira, 25; Ueslei da Silva Novaes, 24; Wdison de Lima Oliveira, 25; e Elson de Souza Antônio, 43.

O departamento de polícia assumiu a custódia dos quatro suspeitos e os acusou invadir a propriedade. Um deles também foi acusado de agressão. Todos entraram ilegalmente no país, segundo o comunicado da polícia.



A Patrulha de Fronteira emitiu pedido de custódia contra os quatro para prendê-lo e deportá-los depois que o estado do Novo México concluiu seus procedimentos judiciais

Jovens brasileiros temem deportação dos EUA com fim de programa de Obama

Sob anonimato, brasileiros que vivem nos Estados Unidos revelaram suas apreensões diante das incertezas sobre a continuidade do Programa de Ação Diferida para Chegadas na Infância (Daca, na sigla em inglês). Criado em 2012 pelo presidente Barack Obama, protege da deportação cerca de 800 mil jovens que entraram ilegalmente no país ainda crianças — os chamados dreamers (“sonhadores”). Em setembro de 2017, o sucessor de Obama, Donald Trump, revogou o Daca por decreto, por considerá-lo “inconstitu-

cional”, mas os efeitos da decisão foram suspensos por três juízes federais. “Essa indefinição é um horror, pois tenho muito a dar para este país. Mas já estou odiando os EUA devido a toda essa incerteza”, disse ao Correio Fernando Santos (nome fictício), 21 anos, cuja família deixou o Brasil, segundo ele, para fugir da violência.

O anúncio da extinção do Daca é um dos componentes mais radicais da política anti-imigração de Trump. Quando tomou a decisão, ele deu prazo ao Congresso até 5 de março de 2018

para aprovar uma alternativa que regularizasse permanentemente a situação.

O presidente se comprometeu a conceder cidadania a 1,8 milhão de jovens imigrantes ilegais — beneficiários ou não do Daca —, mas cobrou dos parlamentares, como contrapartida, a aprovação de US\$ 25 bilhões para erguer um muro na fronteira com o México, o que transformou os “sonhadores” em moeda de troca. Como os democratas exigiram um projeto de lei que lidasse exclusivamente com o futuro do Daca, as negociações não frutificaram.



Sérgio Etchegoyen, ministro do Gabinete de Segurança Institucional

Agentes brasileiros foram aos EUA pesquisar combate às fake news

Paula Sperb
Foto NBR/Reprodução

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Westphalen Etchegoyen, afirmou nesta terça-feira 12, em Porto Alegre, que uma equipe Agência Brasileira de Inteligência (Abin) esteve em diversos países para pesquisar o combate a boatos na internet, as chamadas fake news, durante as eleições deste ano no Brasil.

Entre os países visitados pelos agentes brasileiros estão os Estados Unidos, onde a divulgação de fake news é investigada por ter relação com a eleição do presidente republicano Donald Trump sob a influência de países como a Rússia.

“Existem diversas formas [de combate às fake news] que estão sendo feitas. As mais importantes são também as mais simples, como informar os partidos, alertar. Recentemente [agentes da Abin] viajaram para estudar o que aconteceu na França, Alemanha e Estados Unidos. Uma equipe da Abin esteve nesses países aprendendo o que aconteceu lá para ver como [os países] reagiram, para ver o que deu certo e o que melhoraria no assunto [no Brasil]”, disse Etchegoyen a jornalistas antes de sua palestra na Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) — o ministro é gaúcho.

O ministro afirmou que também esteve nesses países, em uma viagem diferente, com o mesmo objetivo dos agentes. “As fake news são um problema sério, mas são um pedacinho do problema. Imaginem o quanto robôs, perfis falsos, postagens falsas e atuações clandestinas na rede podem influenciar uma votação. Nos Estados Unidos, assisti a um relato de um caso no oeste norte-americano. Criaram um perfil de uma senhora de seus 70 anos. O perfil postava receitas, crochê, fotos do neto, passeios no teatro, na ópera. Durante oito meses, mais ou menos, ela foi juntando gente no perfil e elogiava a candidata Hillary Clinton [democrata]. Ela passou a existir virtualmente. A seis meses da eleição presidencial, ela passou a discordar da Hillary, a achar que as ideias do Donald Trump [republicano] eram mais claras. Ela foi modificando sua posição e conduzindo seus seguidores. Isso [perfil falso] não é fake news, as fake news são só a pontinha do iceberg”, explicou Etchegoyen.

Sobre a atuação da Abin, subordinada ao GSI, o ministro disse que, diferentemente do que algumas pessoas podem pensar, “não é um reducto de espões, de 007”, mas é uma “estrutura de agentes que produzem conhecimento”. A Abin tem escritório em dezoito países e deve abrir mais três neste ano.